

**ANEXO II do artigo “O conceito de consumidor pessoa jurídica na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” p. 148**

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA PARA MAIOR CONHECIMENTO DO TEMA**

ALMEIDA, Felipe Cunha de. Vulnerabilidade do consumidor pessoa jurídica e a teoria finalista: mitigação e o finalismo aprofundado na visão da doutrina e do STJ. In: Revista Síntese – Direito Empresarial, ano VII, número 42, janeiro-fevereiro de 2015, páginas 90 a 120.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. Conceito de consumidor direto e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, O. Disponível em: [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/604/Conceito\\_Consumidor\\_Direto.pdf](http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/604/Conceito_Consumidor_Direto.pdf)

BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura de. Consumidor em sentido próprio no Brasil e na Argentina, O. In: Revista de Direito do Consumidor, volume 16, número 63, julho-setembro de 2007, páginas 92 a 130.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos. Conceito jurídico de consumidor, O. In: Revista dos Tribunais, volume 77, número 628, fevereiro de 1988, páginas 69 a 79.

BOURGOIGNIE, Thierry. Conceito jurídico de consumidor, O. In: Revista de Direito do Consumidor, número 2, abril-junho de 1992, páginas 7 a 51.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Direito do Consumidor. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

COELHO, Fabio Ulhoa. Compra e venda, os empresários e o código do consumidor, O. In: Revista de Direito do Consumidor, número 3, julho de 1992, páginas 36 e seguintes.

COELHO, Fábio Ulhoa. Empresário e os direitos do consumidor: o cálculo empresarial na interpretação do Código de defesa do consumidor, O. São Paulo: Saraiva, 1994.

EBERLIN, Fernando BüschervonTeschhausen. Concorrente como consumidor equiparado, O. In: Revista de Direito do Consumidor, volume 17, número 66, abril-junho de 2008, páginas 9 a 35.

FAVA, Marina Dubois. Aplicação das normas do CDC aos contratos interempresariais: a disciplina das cláusulas abusivas. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2132/tde-01122010-154105/pt-br.php>

FERREIRA, Antonio Carlos. Revisão judicial de contratos. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional//index.php/doutr/article/view/1120/1054>

Também publicado em Superior Tribunal de Justiça: doutrina: edição comemorativa, 25 anos. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2014, p. 395-407.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Comentários aos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.078/1990. In: Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. Ada Pellegrini Grinover e outros. 10 edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011, Volume I, Direito Material (arts. 1º a 80 e 105 a 108).

GOUVÊA, Marcos Antonio Maselli de Pinheiro. Conceito de consumidor e a questão da empresa como "destinatário final", O. In: Revista de Direito do Consumidor, número 23/24, julho-dezembro de 1997, páginas 187 a 192.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. Relação de consumo sem contratação direta. Quando o empresário paga a conta. In: Revista de Direito do Consumidor, número 27, julho-setembro de 1998, páginas 42 a 48.

MARCATO, Tércio Túlio Nunes. Aplicação do CDC aos contratos de compra e venda de imóvel entre pessoas jurídicas, A. In: Revista Síntese - Direito Imobiliário, ano IV, número 19, janeiro-fevereiro de 2014, páginas 52 a 72.

MARINS, James. Responsabilidade da empresa pelo fato do produto (os acidentes de consumo no Código de Proteção e Defesa do Consumidor). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARQUES, Claudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 8ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARQUES, Claudia Lima e TURKIENICZ, Eduardo. Caso Teka vs. Aiglon: em defesa da teoria finalista de interpretação do art. 2º do CDC. In: Revista de Direito do Consumidor, número 36, outubro-dezembro de 2000, páginas 221 a 240.

MARTINS, Humberto. Relações de consumo na visão do Superior Tribunal de Justiça - Parte 1. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-ago-15/direito-civil-atual-relacao-consumo-visao-superior-tribunal-justica-parte>

MORAES, Karine Fior. Relação de consumo envolvendo pessoas jurídicas, A. In: Revista Síntese - Direito Empresarial, ano VII, número 38, maio-junho de 2014, páginas 135 a 147.

MUKAI, T. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 1991.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto, Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4ª edição,. São Paulo: Saraiva, 2009.

ODY, LisianeFeitenWingert. Conceito de consumidor e noção de vulnerabilidade nos países do Mercosul,O. In: Revista de Direito do Consumidor, volume 16, número 64, outubro-dezembro de 2007, páginas 80 a 108.

OLIVEIRA, Júlio Moraes. Aplicação do CDC ao empresário e à sociedade empresária: do maximalismo ao finalismo mitigado, A. In: Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor, volume 9, número 51, junho-julho de 2013, páginas 42 a 69. Também disponível em: [http://www.lex.com.br/doutrina\\_24328361\\_A\\_APLICACAO\\_DO\\_CDC\\_AO\\_EMPRESARIO\\_E\\_A\\_SOCIEDADE\\_EMPRESARIA\\_DO\\_MAXIMALISMO\\_AO\\_FINALISMO\\_MITIGADO.aspx](http://www.lex.com.br/doutrina_24328361_A_APLICACAO_DO_CDC_AO_EMPRESARIO_E_A_SOCIEDADE_EMPRESARIA_DO_MAXIMALISMO_AO_FINALISMO_MITIGADO.aspx)

OLIVEIRA, Júlio Moraes. Consumidor-Empresário: a defesa do finalismo mitigado. BeloHorizonte: Arraes Editores, 2012.

OLIVEIRA, Júlio Moraes. Evolução do conceito de consumidor: do maximalismo ao finalismo mitigado – a ideia de consumidor-empresário e a vulnerabilidade como princípio vetor do sistema. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: [http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/julio\\_moraes\\_oliveira.pdf](http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/julio_moraes_oliveira.pdf)

PERES, Fabiana Prietos. Definição de consumidor na União Europeia, na OEA e no Mercosul: a recepção de microempresas como consumidor como proteção à pequena empresa que inclui em sua definição a pessoa jurídica. In: Revista de Direito do Consumidor, volume 20, número 80, outubro-dezembro de 2011, páginas 131 a 150.

PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos. Defesa da concorrência e bem-estar do consumidor. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2015.

POLIDO, Walter A. Seguros de responsabilidade civil: manual prático e teórico. Curitiba: Juruá, 2013.

RAMOS, Fabiana D'Andréa. Aspectos da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor aos contratos de licença de uso de software. In: Revista de Direito do Consumidor, número 46, abril-junho de 2003, páginas 165 a 192.

ROCHA, Luciano Velasque. Consumidor pessoa jurídica. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da. Responsabilidade civil do fornecedor pelo

fato do produto no direito brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. Direito Imobiliário: teoria e prática. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TORRES, Antonio Carlos Esteves. Direito do Consumidor: visão empresarial. In: Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, volume 12, número 44, abril-junho de 2009, páginas 09 a 38.

TURKIENICZ, Eduardo e MARQUES, Claudia Lima. Caso Teka vs. Aiglon: em defesa da teoria finalista de interpretação do art. 2.º do CDC. In: Revista de Direito do Consumidor, número 36, outubro-dezembro de 2000, páginas 221 a 240.

VASCONCELOS, Fernando. MAIA, Maurilio Casas. A tutela do melhor interesse do vulnerável: uma visão a partir dos julgados relatados pelo Min. Herman Benjamin (STJ). In: Revista de Direito do Consumidor, número 103, janeiro-fevereiro de 2016, páginas 243 a 271.

WESENDONCK, Tula. Art. 931 do Código Civil: repetição ou inovação? In: Revista de Direito Civil Contemporâneo, número 2, volume 3, abril-junho de 2015, páginas 141 a 159.

WESENDONCK, Tula. Regime da responsabilidade civil pelo fato dos produtos postos em circulação: uma proposta de interpretação do artigo 931 do Código civil sob a perspectiva do direito comparado, O. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

ZANELATO, Marco Antonio. Considerações sobre o conceito jurídico de consumidor. In: Revista de Direito do Consumidor, número 45, janeiro-março de 2003, páginas 172 a 191.

ZAPATER, Tiago Cardoso. Interpretação constitucional do Código de defesa do consumidor e a pessoa jurídica como consumidor, A. In: Revista de Direito do Consumidor, número 40, outubro-dezembro de 2001, páginas 170 a 198.